

Uma profissão especial

SOCIEDADES
APAIXONADAS PELO
CONHECIMENTO
SÓ SE CONSTITUEM
COM BASE NO
TRABALHO BEM
REALIZADO PELO
PROFESSOR, APONTA
ECONOMISTA

Educação de qualidade só ocorre com professores de qualidade dando aulas de qualidade. Para que esse encadeamento se estabeleça, a chave imprescindível é o professor.

Essa é a lógica defendida

por Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna (IAS) e professor da cátedra de mesmo nome no Insper. Pesquisador de questões como desigualdade social, mercado de trabalho e educação, PB, como é conhecido, considera fundamental o reconhecimento do professor, tanto em termos sociais quanto monetários.

Na entrevista a seguir, feita na sede do IAS, em São Paulo, ele aborda temas como a relação entre educação e competitividade de um país, sistemas de avaliação do docente e comenta casos bem-sucedidos na educação do Brasil.



RICARDO PAES DE BARROS

é economista-chefe do Instituto Ayrton Senna (IAS) e professor da cátedra de mesmo nome no Insper.

Como se dá a articulação entre educação de qualidade e a competitividade de um país?

Ninguém sabe direito como se dá essa relação. O que se sabe é que, na maior parte dos países, quando melhora a educação, a produtividade aumenta. E se houver mais produtividade, em alguma medida, o país se torna mais competitivo. Aumentar a educação, no Brasil, não tem ajudado a melhorar a produtividade. Desde o início da década de 1980, ela está meio parada, apesar de termos aumentado muito a quantidade de educação. Parte disso é falta de qualidade, o que tem de mudar. O Brasil está sendo ultrapassado, em termos de produtividade por trabalhador, pela China. Com uma produtividade menor que a da China, não teremos um salário muito maior do que o chinês. É um problema grave que temos de entender com mais cuidado. Pode ser tanto um problema da educação como também do sistema econômico.

Há um descompasso?

As atividades econômicas têm de saber aproveitar a educação que o brasileiro tem. É surpreendente haver, por exemplo, multinacionais das mais variadas no Brasil e, mesmo assim, não termos os centros de pesquisa e desenvolvimento dessas empresas. Então, não é só que a educação não fala com a atividade econômica. A atividade econômica talvez tenha certa dificuldade em conversar com a educação no Brasil.

Qual a sua definição de educação de qualidade?

Tem uma célebre visão da Unesco, quatro grandes pilares da educação. A boa educação é aquela que desenvolve plenamente a pessoa. O que isso significa? Segundo o relatório Delors [político francês Jacques Delors, que organizou para a Unesco o relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século 21], significa aprender a aprender, que é aprender para o resto da vida; tem de se tornar uma pessoa capaz de realizar coisas; tem de aprender a conviver, essencialmente saber viver em sociedade, saber se relacionar, resolver conflitos etc.; e aprender a ser, que é se conhecer, gerenciar bem seu comportamento, suas emoções, seu pensamento. Uma educação que cobre essas quatro áreas é uma educação de boa qualidade, que vai gerar um jovem autônomo, que sonha, formula planos futuros e busca esses sonhos.

Como você analisa o nosso modelo de financiamento da educação básica?

A ideia do Fundeb [Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação], de que o gasto por aluno tem de ser equalizado na medida do possível, é sensacional. Temos de aprimorar, desenvolver mais, porque só o Fundeb não dá conta. Em boa medida, ele tenta equalizar o gasto por aluno dentro de cada unidade da Federação e de cada etapa – médio, fundamental etc., mas não consegue equalizar o gasto por aluno entre estados, porque o que o governo federal coloca não é suficiente para isso. Não tem de ser exatamente igual, porque pode haver variação de custo de vida que justifique alguma diferença, mas a diferença que há ainda é muito grande. É preciso fazer vários reparos no financiamento, na direção de nos aproximarmos de um gasto por aluno mais igual. Se bem que o ideal seria gastar mais nos lugares mais vulneráveis e menos num lugar menos vulnerável, de maneira que se possa fazer uma discriminação positiva e melhorar a igualdade. Mas a ideia básica do Fundeb é muito boa.

As atividades econômicas têm de saber aproveitar a educação que o brasileiro tem

Como analisa o volume investido hoje, dos pontos de vista do percentual do PIB geral e do investimento por aluno, per capita?

Em 2015, vários países se reuniram na Coreia do Sul e decidiram que o gasto com educação tem de ser entre 4% e 6% do PIB. Estamos chegando aos 6%. Estamos gastando duas vezes mais do que com saúde, é um dos setores sociais que menos podem reclamar de falta de esforço fiscal. Evidentemente, o Brasil tem uma renda *per capita* mais baixa e o gasto por aluno é menor. O salário do professor, aliás, o salário de todo mundo no Brasil, é muito menor do que o salário de todo mundo na Alemanha. É natural que nosso gasto por aluno vá ser menor, uma vez que a educação é uma coisa muito intensiva em recursos humanos; portanto, o gasto em recursos humanos é praticamente todo gasto com educação. Um país que tem um salário mais baixo vai ter um gasto mais baixo.

Com o salário mais baixo, a atratividade da carreira é menor e tende a atrair gente menos qualificada. O professor recebe de 60% a 70% da remuneração de outros profissionais com formação superior equivalente.

Depende do local. Em São Paulo, o salário do professor municipal é muito mais alto que o salário do professor estadual. No Mato Grosso do Sul, o salário é muito mais alto do que o salário em São Paulo. O professor é um cara muito importante. O exemplo máximo disso é o Japão, onde todo mundo tem de se abaixar perante o imperador, menos o professor, porque até o imperador precisa de um professor. Nunca haverá educação de qualidade se não

houver professor de qualidade. Você pode pagar mal o professor? De jeito nenhum. Agora, é preciso inventar um sistema de pagamento para ele. Tem de estudar o plano de carreira dos professores, que é uma das coisas mais importantes para o país. Saber selecionar os professores e pagá-los muito bem.

Ouve-se a expressão “apagão docente”. É o que mostram os dados?

A posição do salário dos professores perante o mercado flutua muito. E depende muito do lugar em que você está. Quando se entra numa recessão, o salário de todo mundo cai e o salário do professor começa a ficar mais atraente. Quando vem a recuperação no salário de todo mundo, o salário do professor não responde a essas flutuações de mercado. No Brasil, dada a importância do professor, a gente deveria ter duas coisas: uma, que o MEC tentou criar, que é uma espécie de concurso nacional de professores. Não é que cada município tem de seguir aquele protocolo. Mas, se você tiver uma avaliação nacional que consiga avaliar quem está entrando na carreira, e pela qual cada município pode escolher “para mim, o mais importante é isso, vou dar peso 5, peso 2 para aquilo e peso zero para aquilo”. Atualmente, cada muni-

cípio, cada estado tem de fazer o seu concurso para conseguir os seus professores. Com uma prova nacional é muito mais fácil, como o Enem hoje. Antes, cada universidade tinha uma prova, era muito difícil para o cara de Roraima entrar numa universidade paulista, o cara tinha de vir aqui fazer a prova ou tinha de fazer várias provas. Agora, você faz uma que vale para todo mundo e eventualmente cada um pode dar peso diferente para aquilo que acha mais importante. É preciso estabelecer um sistema que avalie os professores não só na entrada, mas de uma maneira rotineira. O que não é fácil.

Qual seria a segunda coisa?

Avaliar o que é um bom professor é tarefa difícil, não é fazendo uma prova, tem de ver a prática. Os americanos têm um sistema de certificação de bons professores, veem como eles dão aulas, como corrigem provas, como dão retorno aos alunos, como compreendem o que os alunos estão errando, o que estão acertando. É preciso criar um sistema para avaliar os professores para estarmos seguros de que o salário deles está compatível com o do mercado. E tem de ter uma progressão na carreira que encoraje os professores a participar.



Seria o suficiente?

Ser professor é uma profissão especial. Nunca ninguém vai ser atraído a ser professor porque vai ganhar bem. O cara é atraído porque tem paixão por dar aulas. Sempre foi assim, é assim em todo lugar do mundo. Obviamente, você não tem de usar isso para abusar dos professores e pagar um salário mais baixo porque eles adoram fazer o que estão fazendo. Mas ser professor é, acima de tudo, uma paixão. O cara que não é apaixonado por dar aula, que não é apaixonado por ensinar, é melhor não ensinar, porque não vai dar certo. É preciso atrair os apaixonados por dar aula e remunerar de uma maneira que se sintam orgulhosos da profissão que têm.

O reconhecimento social também ajuda, não é?

A gente tem de reconhecer como sociedade. O sucesso de grande parte dessas cidades no interior do Nordeste que estão tendo um desempenho educacional fantástico, como Cocal dos Alves [PI] ou Brejo Santo [CE], ou várias cidades no noroeste do Paraná, é porque o professor anda na rua e o aluno fala “papai, aquele ele é meu professor”. Essas sociedades estão apaixonadas pelo conhecimento e o professor é um cara muito importante. Educação é uma coisa muito delicada, ou seja, pode ser muito legal se a gente se apaixonar pelo conhecimento, ou

pode ficar muito chata. Não podemos perder a beleza e essa delicadeza da paixão por aprender, conhecer. A valorização social dos professores é tão importante quanto a valorização monetária. Os alunos vêm com todo tipo de problema para sala de aula, dar aula é uma coisa emocionalmente demandante, muito dura. Não tem dinheiro que vá te convencer a fazer isso, você vai fazer porque realmente gosta. Mas é claro que o salário tem de ser compatível.

Há algum país com o perfil parecido com nosso que esteja indo por um bom caminho?

Tem um monte de país tendo progresso educacional fantástico, todo mundo investindo pesadamente em melhorar a educação. Os países mais ricos do mundo estão investindo uma fortuna para saber como melhorar a qualidade da educação. Coreia do Sul, Finlândia, Portugal, Chile estão muito preocupados com isso, é onde estão botando todo o potencial de uma nova geração. Se usar isso bem, o país vai avançar

incrivelmente. Se usar mal, só pode dar errado. Mas o Brasil não precisa olhar tanto para fora, porque a gente tem sistemas educacionais absolutamente fantásticos no Brasil. Em Cocal dos Alves, eles sabem mais matemática do que um aluno médio da Alemanha. Então para que precisa olhar para Alemanha? Posso olhar para Cocal dos Alves. Brejo Santo vai num caminho parecido. Há uma quantidade grande de sistemas que já alcançaram as metas do Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] para 2021. E estão em lugares geralmente pobres. O Brasil tem muito que aprender com o próprio Brasil. Se quiser olhar para fora, diria para olhar para Portugal e Chile, que fizeram avanços importantes, sem deixar de chamar a atenção que eles têm problemas enormes. Não há país que não esteja envolvido ativamente com o processo de melhoria da educação.

Até que ponto a descontinuidade de políticas pode comprometer a sustentabilidade das iniciativas que dão certo por aqui?

O Brasil tem uma vantagem: sistemas educacionais incrivelmente descentralizados. Temos mais de 5 mil sistemas educacionais independentes. Pode trocar o presidente da República, o ministro da Educação, como aconteceu várias vezes, e o sistema educacional lá no interior do Piauí, do Ceará vai continuar funcionando muito bem. Se fosse centralizado, seria muito mais problemático. Essa descentralização tem duas vantagens: há gente testando coisas muito diferentes, encontrando soluções diferentes e

O Brasil não precisa olhar tanto para fora, a gente tem sistemas educacionais fantásticos

fantásticas, e conseguimos aprender isso rápido. O Brasil não está oferecendo uma solução educacional única, a descentralização permite experimentar. Claro que uma mudança política local pode afetar. Mas, uma vez que você está num município desses e criou essa paixão pela educação, é difícil retroceder. Pode acontecer. O estado do Rio de Janeiro tinha feito um avanço fantástico e de repente perdeu um pouco o rumo, descontinuou o sistema de avaliação, fez várias coisas que atrapalharam o progresso da educação. O que precisamos é aproveitar mais esses bons exemplos, fazer com que eles tornem os maus exemplos mais desconfortáveis.

A nossa pesquisa acadêmica tem olhado para esses exemplos?

No Inep [Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira], você consegue ver em dez minutos que Cocal dos Alves, Brejo Santo, Sobral [CE] são casos excepcionais. Quais são os sistemas bons e com baixo investimento, a gente sabe. O que não sabemos direito, porque não é investigado, é por que esses bons sistemas são bons. Precisamos fazer aquilo que se faz numa escola de administração, que é um estudo de caso. Qual é o segredo de cada sistema desses? O que Sobral faz de bom que tem de ser replicado pelo Brasil? E Cocal dos Alves? O que Espírito Santo fez que todos os estados brasileiros deveriam copiar? Nenhuma instituição do Brasil está fazendo isso. O MEC deveria fazer isso e errar na medida em que está mais preocupado em dizer aos municípios o que eles devem fazer, em vez de aprender com eles o que deve ser feito. Não tem sentido ter tantos sistemas e não aprender com eles.

A relação entre o número de anos estudados e a renda média da população continua evoluindo do mesmo jeito que na década passada?

Em geral, quem tem mais educação, em média, tem uma renda maior. Se você analisar a desigualdade histórica de renda no Brasil – e o trabalho do [economista Carlos] Langoni na década de 1970 deixava isso claro –, era fundamentalmente porque a diferença de renda entre pessoas com diferentes níveis educacionais era muito alta. O Brasil era um dos países do mundo onde o aumento de educação comandava os maiores aumentos de renda. Na década de 1970, as pes-

soas mais educadas mediam a renda delas em termos de dúzias de salários mínimos, tamanha era a distância entre quem tinha educação superior e quem tinha educação primária. Era 15, 20 vezes maior. Hoje, para alguém ter uma renda de 20 vezes o salário mínimo é muito mais difícil. Diria que quase dois terços, mais da metade da queda na desigualdade no Brasil, desde o início do milênio, vêm do fato de que houve um achatamento salarial entre diferentes níveis educacionais. Hoje, ter mais educação aumenta sua renda muito menos do que há 15 anos. A desigualdade no Brasil não teria caído se isso não tivesse acontecido. Por um lado, é legal, há menos desigualdade, porque quem tem uma educação maior não tem um salário tão alto. Isso quer dizer que se um advogado, um arquiteto, um médico não ganham tanto assim, o acesso a eles é mais fácil. Uma sociedade em que os salários são mais próximos torna uma série de coisas melhor e a sociedade mais igual. O lado problemático é que o incentivo para se educar diminuiu. Financeiramente, fazer o ensino médio hoje é muito menos vantajoso. Em alguns estados, como Santa Catarina, a diferença entre quem faz o médio ou não é tão pequena que, se você fizer o médio, talvez aumente a sua renda em 15%, alguma coisa assim.

Isso acontece por excesso de oferta de pessoas que cursaram o ensino médio ou porque o ensino médio não agregou tanto assim para aqueles que o fizeram?

Por vários motivos. Desde o aumento do salário mínimo, que aumenta o salário de quem tem relativamen-

te baixa escolaridade sem mexer em quem tem alta escolaridade. Houve também um aumento grande de pessoas que elevou a escolaridade. Mas o Brasil ainda tem um nível de escolaridade muito baixo em função da variedade e da complexidade da produção nacional. Deveríamos demandar uma força de trabalho mais qualificada. A gente tem de trabalhar para o nosso sistema econômico se entender melhor com a educação brasileira, que tem de olhar mais para a economia e ver o que os setores precisam em termos de competências. E o sistema econômico tem de aproveitar melhor e acreditar um pouco mais nos talentos e na educação brasileira.

No geral, os nossos sistemas de avaliação da aprendizagem são de bom nível. Mas não deveríamos também avaliar aquilo que contribui para esses resultados, como desempenho docente, a gestão etc.?

A gente sabe medir o aprendizado, mas para realmente garantir o direito à educação para todos teríamos de medir o aprendizado, a proficiência do aluno no início do ano letivo. “Professor X, estou te entregando uma turma que tem este ní-

Na educação, só tem uma coisa que realmente importa: o professor

vel de aprendizado. Vamos ver qual é o aprendizado desses alunos no final do ano letivo.” Ou dali a dois anos, se o professor for ficar esse tempo. É o que se chama de valor adicionado, ou seja, quanto aquele professor adicionou ao aprendizado daquela turma. Alguns professores adicionam muito, e outros, muito pouco. Quando isso acontece, é uma violação do direito à educação porque uma criança só tem 11 anos ou 12 anos uma vez na vida. Se pega um professor ruim e não aprende, não tem como voltar. Então, mesmo em termos de aprendizado, ainda temos de avançar bastante, avaliar ano a ano, conectar isso com o professor, porque essa é a melhor maneira de saber o que é um bom professor. Alguém que sistematicamente pega um conjunto de alunos que sabe pouco e entrega sabendo muito é um bom professor. Quem pega um conjunto de pessoas que sabe pouco e entrega sabendo pouco não é um bom professor. Estamos medindo ainda a média do sistema, da escola. Mas não sabemos quem está contribuindo para aquilo. Na educação, só tem uma coisa que realmente importa: o professor.

E ele tem de ser avaliado?

Temos de ser capazes de avaliar a qualidade dos professores. É difícil, não vai ser com uma prova apenas. Está bem documentado no mundo que provas não avaliam a qualidade do professor. É um trabalho de certificação complexo, mas necessário. Tem de avaliar a aula. Um bom professor é aquele que consegue dar várias aulas ao mesmo tempo. Se aquele aluno não está entendendo alguma coisa, explica de um jeito, para outro, de outro jeito. Precisa ter uma empatia cognitiva, entender como os alunos raciocinam. Tem

de ser capaz de dar o retorno. O aluno erra, e o bom professor é aquele que interpreta a resposta do aluno, que identifica o caminho do pensamento que o fez errar. A avaliação do professor tem de ir por aí.

Não há o risco de colocar toda a responsabilidade em cima do professor quando a docência também é um trabalho coletivo? Há a coordenação pedagógica, o trabalho coletivo dos professores, da direção, as condições de infraestrutura. Não seria preciso olhar para essas coisas também?

Sim e não. Tem uma coisa que as pessoas chamam de locus interno de controle. O professor tem de chamar a responsabilidade e dizer: “Preciso de apoio, preciso de um monte de coisas”. Mas, se não tiver nada, entrar numa sala de aula e disser que não sabe educar as crianças, é melhor nem entrar. Tem de ser aquele cara que entra na sala de aula e diz que vai dar um jeito, vai descobrir uma maneira de ensinar aquelas crianças. Sempre vão faltar alguns recursos. O Mao Tsé-tung dizia que o bom camarada é aquele que está mais ansioso para ir onde os problemas são maiores. Esse é o professor. Onde todo mundo diz “ninguém consegue ensinar esses caras”, ele fala “então dá essa sala

para mim”. Tem um programa americano famoso, Teach for America, em que eles pegam caras das melhores universidades que não são professores. Recrutam aqueles que fizeram Física, Economia, Administração, qualquer curso, e enviam aos lugares mais vulneráveis das cidades. Uma vez, perguntei como recrutavam esses caras. Disseram: “A gente só busca uma coisa para recrutar: pegar o cara que está disposto a ir aonde ninguém quer ir e que acha que vai resolver o problema”. O professor é aquele cara que vai entrar na sala de aula e não quer saber quem está lá dentro, vai dar um jeito naquilo porque está sob seu controle. Você já entrou numa sala de aula com 20 ou 30 adolescentes? Não tem nada que quem está fora da sala de aula pode dar que vai te ajudar a enfrentar aquelas feras. Claro, numa sala quente, sem internet, sem nada, fica muito mais difícil. Mas nas melhores escolas aqui de São Paulo dar aula no ensino médio é difícil. O cara tem de ser muito bom. Os adolescentes são delicados, você tem de saber lidar. ▲